

Veículo: Bocão News	Caderno: Política
Data: 08/10/2019	



Política

Oposição lança nova proposta de reforma tributária



08 de Outubro de 2019 às 19:43 Por: **Divulgação** Por: **Redação BNews** 0 comentários

Partidos de oposição lançaram, na tarde desta terça-feira (8), na Câmara dos deputados, em Brasília, uma nova proposta de Reforma Tributária.

Criada pelos partidos PT, PSB, PDT, PSOL, PC do B e REDE, a proposta vai de encontro ao projeto em análise na Comissão Especial da Câmara (PEC 45/19), de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP).

“A proposta de Reforma Tributária ‘Sustentável, Justa e Solidária’ garantirá que os muito ricos agora pagarão impostos e a classe média e os trabalhadores ou não pagarão, ou pagarão muito menos. Essa é uma proposta que vai melhorar a vida do povo, gerar emprego e garantir renda”, disse o coordenador da proposta e líder da oposição na Comissão Especial na Câmara, o deputado federal Afonso Florence (PT).

De acordo com a oposição, entre os principais dispositivos da proposta está a tributação progressividade, a tributação de renda e patrimônio dos muito ricos, a sustentabilidade ambiental, a proteção à saúde, o financiamento da educação, a preservação da seguridade social, o equilíbrio federativo, a garantia de reajuste do salário mínimo e a simplificação e eficiência tributária.

Veículo: Política Livre	
Data: 09/10/2019	Caderno: Economia



a compensar desoneração com IVA maior e fim de benefícios tributários

ECONOMIA

Em busca de alternativas para viabilizar uma desoneração na folha de pagamentos após o descarte da CPMF, o governo estuda apresentar uma reforma tributária com alíquota adicional no imposto sobre consumo. Como complemento, seriam revistos ou revogados benefícios setoriais existentes hoje. Colocadas em discussão nas reuniões do Ministério da Economia sobre a reestruturação do sistema de impostos, as duas hipóteses seriam uma forma de compensar a perda de arrecadação provocada pela queda da taxa que incide sobre as empresas, uma prioridade para o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Sob pressão de setores como construção civil e serviços, a equipe econômica também incluiu nas análises a possibilidade de que o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) tenha duas alíquotas diferenciadas, a depender da atividade econômica. Isso atenderia principalmente aos pedidos de empresários desses setores, que temem um aumento de tributação após a criação de um imposto nesses moldes.

O ministro vem afirmando que a proposta do governo para a reforma tributária está em fase de finalização, mas a equipe técnica ainda não concluiu o texto e segue estudando modelos e fazendo cálculos. O governo quer ampliar a isenção na contribuição previdenciária paga pelas empresas e torná-la permanente sob o argumento de que a medida vai gerar empregos no país e dar um impulso na economia, que está com dificuldades de se recuperar. Em troca, Guedes procura soluções para compensar as perdas de receita que seriam geradas com a desoneração da folha.

O desejo inicial do ministro era instituir um imposto sobre pagamentos aos moldes da extinta CPMF. O novo tributo poderia ter alíquota de 0,2% (em cada ponta da operação), o que permitiria uma redução da contribuição previdenciária de 20% para cerca de 13%. Em setembro, porém, a criação do imposto sobre pagamentos foi descartada por determinação do presidente Jair Bolsonaro.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 09/10/2019	Caderno: Economia



Governadores não entram em acordo sobre divisão de recursos de megaleilão

Estados exportadores, sobretudo das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, querem uma fatia maior dos recursos do megaleilão do petróleo Daniel Weterman, O Estado de S.Paulo

08 de outubro de 2019 | 15h26

BRASÍLIA - Governadores de Estados exportadores, sobretudo das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, querem uma fatia maior dos recursos do megaleilão do petróleo, marcado para novembro. **O impasse atrasou a conclusão da reforma da Previdência no Senado.**

Recursos do megaleilão do petróleo geram impasse Foto: Marcos de Paula/Estadão

O assunto fazia parte da pauta de um encontro entre 24 governadores em Brasília, nesta terça-feira, 8, mas não houve acordo. A proposta está na Câmara. Pelos critérios aprovados no Senado, o repasse de R\$ 21 bilhões seria feito seguindo os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), beneficiando mais o Norte e o Nordeste.

Estados maiores sugerem duas alternativas: dos 15% da cessão onerosa que ficarão com Estados, 10% seja liberado pelo critério do FPE e 5% seja repasse pelos critérios da Lei Kandir; ou que a compensação de R\$ 4 bilhões da Lei Kandir referente a 2019 seja colocada na mesma proposta. A última ideia foi antecipada pelo Estado e agrada a cúpula do Congresso.

A proposta de 10% por FPE e 5% por Lei Kandir foi apresentada pelo governo de São Paulo. "O critério de distribuição não pode ficar exclusivamente por FPE. O uso de

critério na Lei Kandir é fundamental, precisamos ter equilíbrio", disse o secretário de Fazenda de São Paulo, **Henrique Meirelles**, após a reunião.

O governador de Goiás, **Ronaldo Caiado (DEM)**, declarou apoio em incluir a compensação de R\$ 4 bilhões da Lei Kandir na mesma Proposta de Emenda à Constituição (PEC). "Não sabemos quando o governo terá outra fonte capaz de cumprir esse pagamento. Com o leilão, já teremos essa garantia e a partir daí nivelaríamos o repasse aos Estados sem que haja um desequilíbrio muito grande entre Estado de uma região e Estado de outra região", afirmou Caiado.

Governadores do Norte e do Nordeste são contra a proposta de alterar as regras definidas no Senado. "Defendemos que os critérios de FPE e FFM sejam mantidos. Isso com base na Constituição", declarou a governadora do Rio Grande do Norte, **Fátima Bezerra (PT)**.

Fundeb

Governadores elaboraram uma carta defendendo o aumento da participação da União no **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)**.

A Câmara discute uma proposta que aumenta a fatia da União no fundo de 10% para 40% em dez anos. Como mostrou o Estado, a medida preocupa o governo, que calcula um impacto de R\$ 855 bilhões nos gastos em dez anos, anulando o ajuste promovido com a reforma da Previdência. Como contraproposta, o Planalto aceita subir a fatia de participação para 15%.

A carta defende a "imprescindibilidade de tornar o Fundeb permanente e a necessidade de ampliar os recursos da União" no fundo como ferramentas para reduzir as desigualdades educacionais no País.

No encontro, a relatora da proposta na Câmara, **Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO)**, fez uma apresentação defendendo o seu parecer, que dá aval para o aumento da fatia da União no Fundeb para até 40%.

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação foi criado pela emenda constitucional 53, de 2006. O

mecanismo responde por mais de 63% das verbas hoje disponíveis para os níveis fundamental e médio, segundo o Ministério da Educação (MEC).

Durante a apresentação do relatório na quarta, a deputada apresentou números da consultoria legislativa da Câmara que apontam impacto de R\$ 279 bilhões para a União em 10 anos. Ela, no entanto, não soube informar a base do cálculo e nem se esses valores foram corrigidos pela inflação.

Para chegar aos 40%, a proposta de Dorinha prevê que novas fontes de arrecadação sejam destinadas ao Fundeb. A lista inclui 75% de tudo que União, Estados, municípios e DF arrecadarem em royalties de extração mineral – inclusive, petróleo e gás.

Senado e Câmara fazem acordo sobre divisão de recursos da cessão onerosa

Com acerto, tramitação da reforma da Previdência deve ser retomada

Por Vandson Lima — De Brasília

09/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas



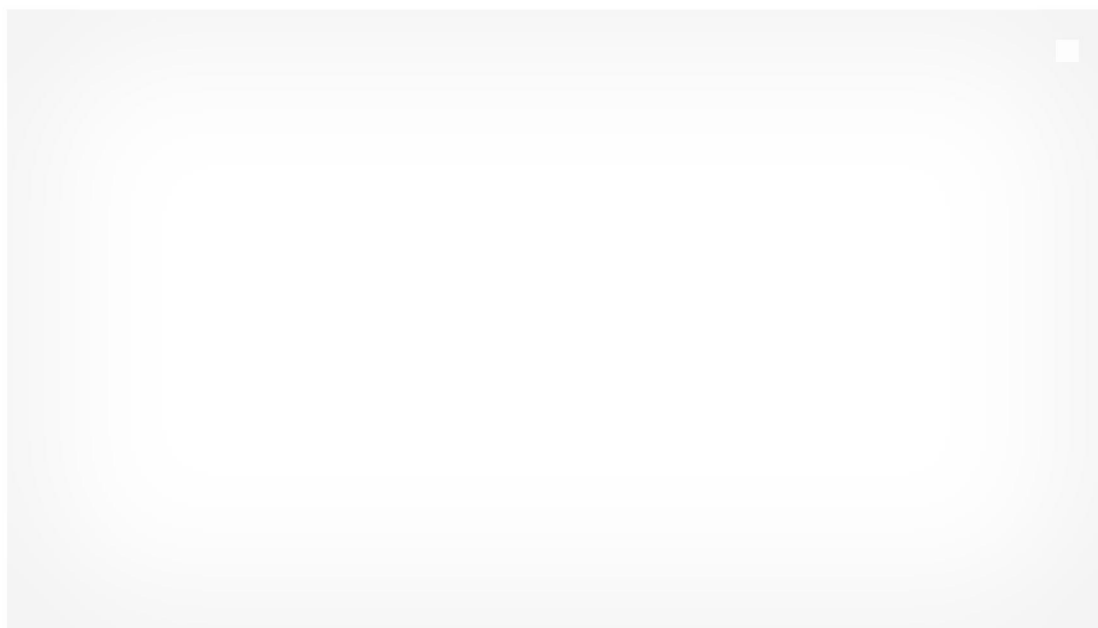
Bezerra: líder do governo no Senado disse que maioria dos governadores concordou com nova proposta sobre cessão — Foto: Waldemir Barreto/Agência Senado

Os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), respaldados pelas lideranças das duas Casas, chegaram

a um acordo sobre a partilha de recursos para os Estados provenientes do bônus de assinatura da cessão onerosa. O acerto será colocado em um projeto de lei que tramitará rapidamente: a expectativa é que seja votado pela Câmara ainda hoje, pelo Senado na próxima terça-feira e promulgado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, na sequência.

A costura destrava o andamento da reforma da Previdência no Senado, que agora já tem até data para sua conclusão: dia 22 deste mês.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

A proposta também atende ao interesse do governador de São Paulo, João Doria (PSDB). Pela manhã, Doria apresentou no Fórum dos Governadores, junto com seu secretário e ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, uma proposta de divisão dos recursos nos mesmos termos do confirmado horas depois pelo Congresso Nacional.

O anúncio foi feito pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Pela proposta, dos 15% do bônus destinados aos Estados, dois terços (10%) serão repartidos de acordo com critérios de distribuição do Fundo de Participação de Estados (FPE), que beneficiam mais Estados mais pobres, das regiões Norte e Nordeste.

O outro terço (5%) será repartido considerando os prejuízos dos Estados com a Lei Kandir e o critério de compensação do Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento

das Exportações (FEX) que contempla os entes exportadores.

Os 15% do bônus destinados aos municípios preservarão a divisão pelos critérios do Fundo de Participação de Municípios (FPM). Os prefeitos poderão aplicar os recursos, pela ordem, para equilíbrio das contas previdenciárias e para investimentos.

Já dos 15% para Estados, a prioridade será dada ao equilíbrio previdenciário e, caso reste recursos, para investimentos e pagamentos de precatórios de pessoas físicas, sobretudo de pensões alimentares, anunciou Bezerra.

“Os consultores estão colocando no papel o acordo proposto pelos presidentes. Levaremos ao conhecimento dos ministros Paulo Guedes (Economia), Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) e Onyx Lorenzoni (Casa Civil). A ideia é votar amanhã [hoje] na Câmara, na terça-feira no Senado e o presidente Bolsonaro promulgar na próxima semana”, disse o líder governista.

Ao passar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que tratou do tema, o Senado definiu que o bônus seria dividido em 67% para a União, 15% para Estados, 15% para municípios e 3% para o Rio de Janeiro, Estado produtor. Os recursos seriam distribuídos de acordo com critérios vigentes para a repartição dos Fundos de Participação de Estados (FPE) e municípios (FPM).

Essa divisão não foi bem recebida na Câmara, que precisaria confirmar o texto. Isso porque o cálculo usando o FPE e FPM privilegia Estados pobres, do Norte e Nordeste. No Senado, esse critério faz sentido: como cada Estado tem três representantes e Norte e Nordeste formam juntos 16 Estados, a divisão agradou em cheio pelo menos 48 senadores - mais da metade da casa.

Na Câmara as bancadas são proporcionais às populações locais. Estados maiores ou mais ricos se consideraram prejudicados. Com a Câmara ameaçando alterar a PEC - inclusive vislumbrando que parte do bônus fosse definido por emenda parlamentar -, o Senado resolveu desacelerar a reforma da Previdência.

“Houve diversas consultas a governadores e uma manifestação, se não unânime, ampla de que esse encaminhamento atenderia à necessidade de equilíbrio federativo entre os Estados”, ponderou Bezerra. Governadora do Rio Grande do

Norte, Fátima Bezerra (PT) se opôs à nova divisão dos recursos. “Eu acho que tinha de ficar como o Senado aprovou”, disse.

Na carta divulgada após o encontro, os governadores lembraram que caberá ao governo distribuir, da parte da União, royalties e “participação especial” no percentual de 30% para Estados, e municípios, “aumentando-se progressivamente até 70%” em oito anos.

Confirmado o projeto, tudo volta aos eixos: uma comitiva de parlamentares embarca hoje para a Itália para acompanhar a canonização de Irmã Dulce no dia 13 - até Alcolumbre, que é judeu, entrará na caravana. Até o dia 22, estarão cumpridos os prazos regimentais e o Senado concluirá a votação do texto principal da reforma da Previdência, liberando para a Câmara a PEC paralela, que propõe, entre outras alterações, a reinclusão de Estados e municípios nas mudanças no sistema de aposentadoria. **(Colaboraram Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43

R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!

MEGA LUVA

LINK PATROCINADO

Sandália Bebecê

R\$ 79,99 - ZATTINI.COM.BR

Acordo permite conclusão da reforma da Previdência

Com o acordo, a votação da reforma no Senado já tem até data para sua conclusão: dia 22 deste mês

Por **Vandson Lima e Ribamar Oliveira** — De Brasília

09/10/2019 05h00 · Atualizado há 4 horas

Câmara e Senado, respaldados pelas lideranças das duas Casas, chegaram a um acordo sobre a partilha, entre Estados e municípios, dos recursos provenientes dos bônus de assinatura dos excedentes da cessão onerosa do pré-sal. Dos 15% dos bônus destinados aos Estados, dois terços (10%) serão repartidos de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), que beneficiam os entes mais pobres, das regiões Norte e Nordeste. O outro terço (5%) será repartido pelos critérios da Lei Kandir e do Fundo de Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX), que privilegiam Estados exportadores.

Senado e Câmara fazem acordo sobre divisão de recursos da cessão onerosa

Governo prevê aprovação de acordo da cessão onerosa no TCU

O acerto será colocado em um projeto de lei que tramitará rapidamente para ser votado pela Câmara ainda hoje e pelo Senado na próxima terça-feira.

Segundo o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), dos 15% destinados para os Estados, a prioridade será dada ao equilíbrio previdenciário e, caso restem recursos, para aplicação em investimentos e pagamentos de precatórios de pessoas físicas, sobretudo alimentares.

Os 15% dos bônus destinados às prefeituras seguirão os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e serão destinados, também, ao equilíbrio das contas previdenciárias e investimentos.

O impasse em torno do tema pôs em lados opostos parlamentares de Norte e Nordeste e representantes de Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Senadores recusavam-se a votar a reforma da Previdência, em segundo turno, enquanto os critérios de repartição não fossem definidos. Com o acordo, a votação da reforma no Senado já tem até data para sua conclusão: dia 22 deste mês.

O Tribunal de Contas da União também deve aprovar hoje, com ressalvas, o acordo firmado entre a União e a Petrobras sobre os termos do excedente de petróleo da cessão onerosa. A principal ressalva será sobre o valor de US\$ 45 bilhões que teria de ser pago à Petrobras como compensação pelos investimentos feitos pela estatal na área da cessão onerosa. Os auditores consideram o valor superestimado, porque levou em conta o preço do barril de petróleo a US\$ 76,18 e atualmente a cotação (Brent) está abaixo dos US\$ 60.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!

MEGA LUVA

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43

R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela

Governo prevê aprovação de acordo da cessão onerosa no TCU

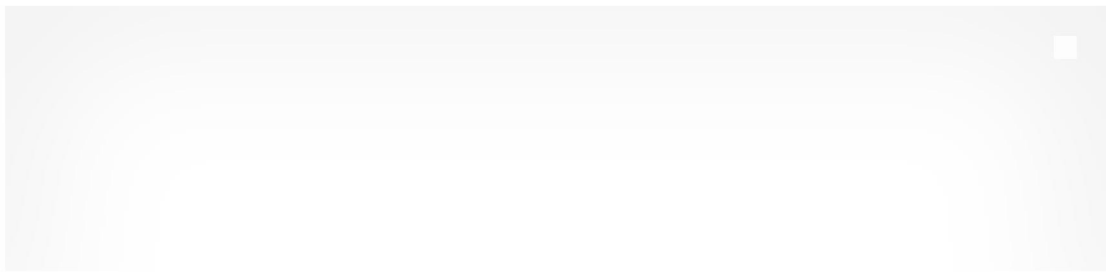
Avaliação é que eventuais ressalvas gerariam insegurança entre postulantes ao leilão

Por Ribamar Oliveira — De Brasília

09/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

A expectativa do governo é que o plenário de ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) aprove, na reunião marcada para hoje, o acordo firmado entre a União e a Petrobras e os termos do leilão do excedente de petróleo da cessão onerosa, disse uma fonte credenciada da área econômica. “Acredito e espero que o plenário vá aprovar, ainda que com ressalvas ou recomendações”, disse.

Nesta quarta-feira, os ministros do TCU vão analisar o relatório técnico preparado pelos auditores do órgão, que aprovaram o acordo da União com a Petrobras com uma série de ressalvas. O principal problema apontado, de acordo com o documento, é o valor de US\$ 45 bilhões que teria que ser pago à Petrobras como compensação aos investimentos que vem sendo feitos pela estatal na área da cessão onerosa.



Os auditores consideram que o valor estaria superestimado e poderia criar dificuldades para a participação de empresas no megaleilão. A quantia de compensação teria sido fixada, de acordo com o relatório, com base no preço de US\$ 76,18 por barril de petróleo. Os técnicos observaram, no relatório, que “atualmente o preço do Brent no mercado spot se encontra abaixo dos US\$ 60 e que a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) prevê que o preço médio do Brent somente superaria o valor predefinido a partir de 2027”.

A fonte ouvida pelo **Valor** pondera que a quantia de compensação à Petrobras é apenas “uma referência” e que as empresas vencedoras do megaleilão do excedente da cessão onerosa é que vão negociar com a estatal o montante devido, em um prazo de 18 meses. “Se não se puserem de acordo, haverá arbitragem”, informou.

O temor de alguns setores do governo é que a aprovação do acordo pelos ministros do TCU “com ressalvas” pode criar ambiente de insegurança jurídica com potencial de reduzir o interesse das empresas pelo leilão. A fonte está convencida de que “o leilão vai sair” e que os “ruídos” são naturais, mas insuficientes para tirar o interesse das empresas no evento.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43
R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

Justiça adia tributação sobre compensação fiscal

Decisão da 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro atende pedido da TIM

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

09/10/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas



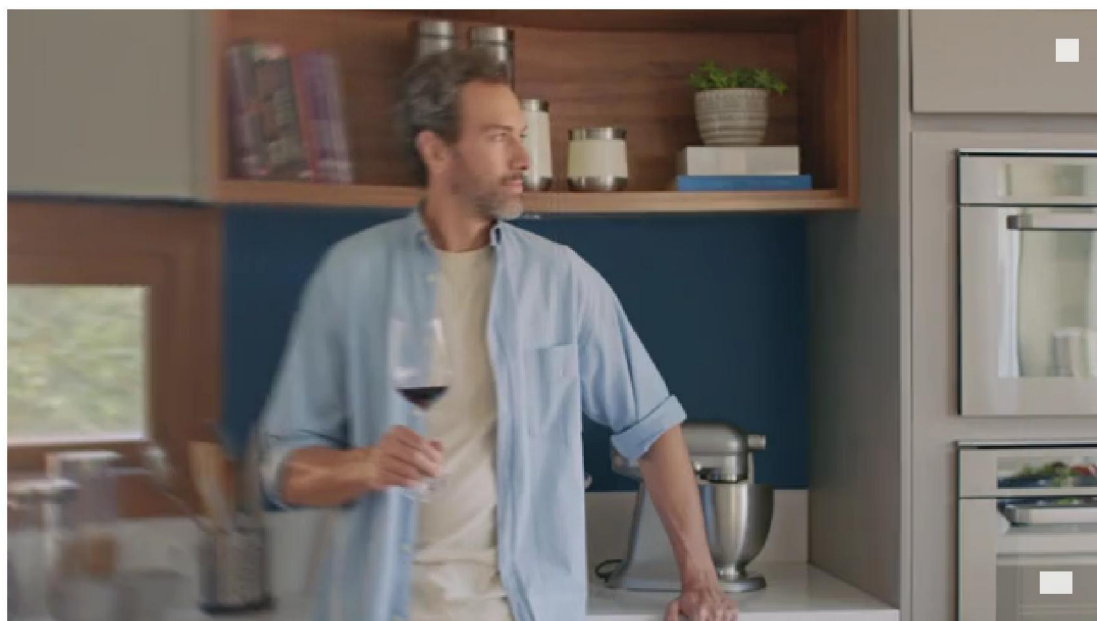


João Colussi: não há certeza do valor do crédito no momento do trânsito em julgado — Foto: Nilani Goetttems/Valor

A 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro aceitou um pedido da TIM para postergar a cobrança de Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL sobre compensações de tributos (pagamento de débitos com créditos). Receita Federal e contribuintes divergem sobre o momento da tributação. A decisão é apontada como inédita por advogados.

A Receita entende que a compensação de tributos representa acréscimo patrimonial e costuma tributar o valor assim que o contribuinte obtém decisão judicial transitada em julgado (não cabe recurso). As empresas, por sua vez, alegam que a cobrança deveria ocorrer só no momento da efetiva compensação.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

Em mandado de segurança, a TIM alegou que a exigência do Fisco é incabível, pois no momento do trânsito em julgado os valores devidos ainda são ilíquidos. Ainda segundo a companhia, só há disponibilidade de renda quando surgem os débitos a serem compensados.

No processo (nº 5035622-22. 2019.4.02.5101), a Receita e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) argumentam que é na data do trânsito em julgado que fica configurada a disponibilidade de renda ou provento. O direito de crédito reconhecido com o trânsito em julgado, acrescentam, é incorporado ao patrimônio da empresa, o que configura a disponibilidade.

Ao analisar o caso, o juiz federal Osair Victor de Oliveira Junior decidiu que a data-base para cobrança de IRPJ e CSLL sobre crédito tributário compensável é a da homologação do pedido de compensação administrativa. Na decisão, afirma que, no caso de mandado de segurança que reconhece apenas o direito a um crédito, a disponibilidade jurídica não acontece com o trânsito em julgado da sentença.

“Apenas com a homologação do pedido de compensação pela autoridade fiscal é que se pode falar em crédito líquido recuperado pela impetrante, a partir de quando efetivamente o fato gerador do IRPJ e da CSLL ocorrerá”, afirma o magistrado.

A decisão foi parcialmente favorável. Apesar de mudar o momento da tributação, foi mantida a incidência de Imposto de Renda e CSLL sobre valores acrescidos aos depósitos judiciais devido à correção pela taxa Selic, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pretende recorrer da decisão. O órgão não tem notícia de outros processos questionando essa matéria na 2ª Região e ainda está apurando a existência de demandas nas demais regiões.

“A sentença judicial dá disponibilidade jurídica, mas entre a sentença e o fato de recuperar o tributo efetivamente, pode haver um descasamento temporal grande”, afirma o advogado Daniel Ávila Thiers Vieira, do escritório Locatelli Advogados. A Receita, acrescenta, tem demorado 90 dias para aceitar o pedido de habilitação do

crédito a compensar, apesar da previsão de 30 dias. Por isso, alega que se a tributação ocorrer no momento do trânsito em julgado o valor ainda não terá entrado no caixa da empresa.

De acordo com o advogado João Marcos Colussi, sócio do escritório Mattos Filho, nos casos de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, o Fisco tem cobrado Imposto de Renda e CSLL no momento do trânsito em julgado, mesmo que ainda não exista certeza do montante. “Como recolher 34,5% (IRPJ e CSLL) sobre um crédito bilionário se nem sei o valor exato. Não é uma certeza”, afirma

O advogado Fábio Cury, do escritório Urbano Vitalino Advogados, lembra que, nessa tese, ainda há divergência entre Receita Federal e contribuintes sobre o ICMS a ser excluído, se o declarado ou pago, o que muda a base. “É uma questão de ganhar tempo, mas também de ganhar certeza [sobre o valor que será efetivamente compensado]”, diz.

Procurada pelo **Valor**, a TIM preferiu não comentar o assunto.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!

MEGA LUVA

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela Tamanho Grande Numeração Especial 41 42 43

R\$ 201,80 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

As 16 raças de cachorros mais caras que existem

Maia defende fim do monopólio da Caixa na gestão de recursos do FGTS

Presidente da Câmara alfineta Bolsonaro, que diz ser contra a medida

Por **Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Lu Aiko Otta** — De Brasília

09/10/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

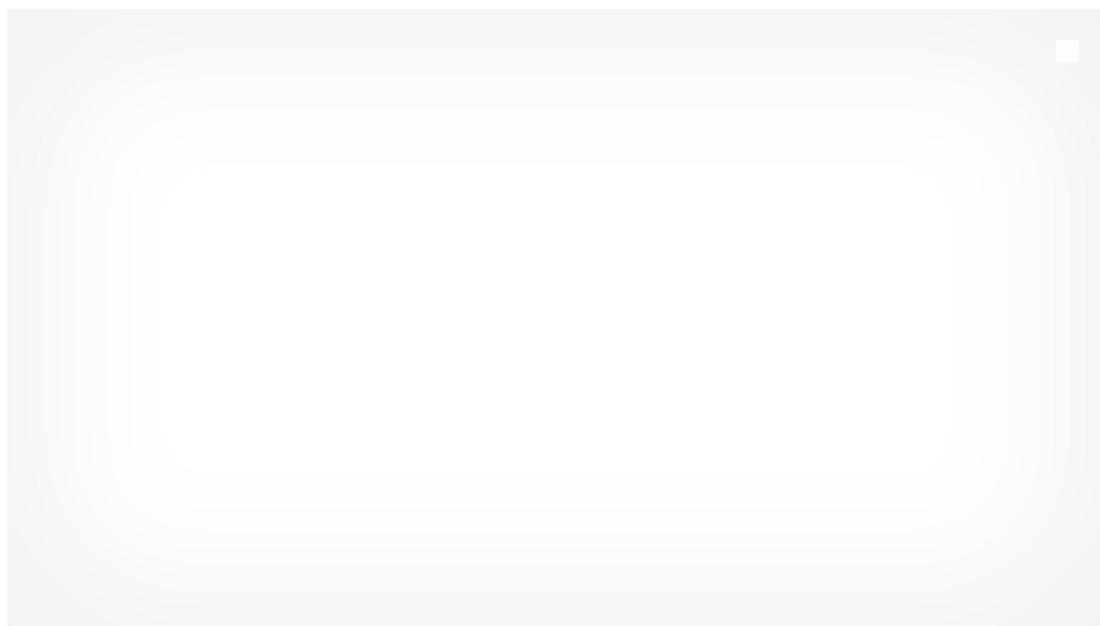


Rodrigo Maia: "Os governos têm essa mania autoritária de achar que podem tomar conta do dinheiro de terceiros" — Foto: Luís Macedo/Câmara dos Deputados

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu ontem a quebra do monopólio da Caixa Econômica Federal na administração dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e afirmou que a oposição do governo não parece convergir com o discurso liberal de campanha.

O fim do monopólio deve ser incluído no relatório do deputado Hugo Motta (PRB-PB) para a Medida Provisória (MP) 889, que regula a liberação de saques do FGTS. Com o impasse, foi cancelada a reunião de ontem da comissão mista que analisa a MP, na qual o texto de Motta seria lido.

PUBLICIDADE



inRead invented by Teads

A posição de Maia bate de frente com a do presidente Jair Bolsonaro. Na segunda-feira, ele escreveu no Facebook que, se o “Congresso decidir quebrar o monopólio da Caixa”, vetará “segundo orientação da própria Economia”. Em resposta, Maia disse que Bolsonaro está no seu direito democrático de vetar a mudança, mas que o veto pode ser derrubado pelo Congresso.

“O que eu acho estranho é que a Caixa, todos os dias, diz que terá um lucro recorde, maior que o do Bradesco. E quer se apegar a R\$ 7 bilhões ou R\$ 8 bilhões que vem tomando dos trabalhadores há muitos anos para administrar esses recursos”, afirmou. “O dinheiro é do trabalhador, o dinheiro não é do governo. Os governos têm essa mania autoritária de achar que podem tomar conta do dinheiro de terceiros como se fossem dele”, criticou.

Segundo Maia, o trabalhador foi prejudicado de 2006 a 2016 com o rendimento do FGTS abaixo da inflação e, embora tenha ocorrido uma alta nos últimos dois anos, provavelmente o rendimento voltará a cair junto com a taxa de juros básica da economia, a Selic.

“Com uma taxa de juros de 5%, não conheço nenhum fundo no mundo que cobre taxa de administração tão alta, de 1% a 2%. Essa taxa significa que o dinheiro do trabalhador nunca vai render muito”, disse Maia. Há estudos para reduzir esse valor, segundo informou ontem o presidente da Caixa, Pedro Guimarães.

Para o presidente da Câmara, o monopólio da Caixa vem gerando prejuízos ao trabalhador há anos e precisa ser modificado. “Ou vamos quebrar o monopólio ou a Caixa precisa se adequar ao mundo real”, disse, aproveitando para alfinetar o governo Bolsonaro. “O governo assumiu com a tese de que os bancos públicos podiam ser reduzidos de tamanho. Você vê que as coisas mudam muito rápido. Não tem nem um ano e hoje o papel é muito mais de ampliar o tamanho da Caixa do que diminuir. Não estou nem criticando, mas, para um governo liberal, não parece convergente com essas ideias”, disse.

Motta foi na mesma linha. “Até nos assusta um governo que se autointitula liberal ser a favor de monopólios. Então, nós entendemos que neste momento, com o apoio ou não do governo, o melhor caminho para o FGTS é termos a abertura das operações de seus recursos, porque isso será muito bom para o país.”

Numa fala emocionada, em que chegou a chorar, o presidente da Caixa tentou ontem mostrar que a quebra da exclusividade do banco na gestão dos recursos do FGTS vai prejudicar os municípios mais pobres, onde a operação bancária é mais cara e por isso não há interesse dos bancos privados.

“As regiões Norte e Nordeste serão muito penalizadas porque, se houver necessidade de fazer conta projeto a projeto, claramente os do Sudeste serão beneficiados”, disse. A quebra do monopólio levaria a Caixa a reorientar sua atuação em relação aos projetos bancados com recursos do fundo, concentrando-os onde houver maior rentabilidade. “Não vamos ter prejuízo”, disse Guimarães.

Ele afirmou que o lucro do banco com a gestão desses recursos chegará a R\$ 684 milhões em 2019, para uma receita de R\$ 5,1 bilhões. A Caixa, disse, está em 5.400

municípios brasileiros enquanto bancos privados estão em perto de mil localidades. “Hoje não existe nenhum monopólio da Caixa como agente financeiro”, afirmou. Outros bancos podem emprestar recursos do FGTS para habitação. No entanto, a Caixa responde hoje por 92% das obras. Outros 5% estão com o Banco do Brasil.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Grelhe seus alimentos no fogão sem fumaça!

DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Sandália Numeração Especial

R\$ 281,11 - DOMINIODAMODA.COM.BR

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem

CUPONOMIA

LINK PATROCINADO

Nunca mais use esponjas de cozinha. Veja a melhor alternativa!

MEGA LUVA

LINK PATROCINADO

Sandália Anabela

R\$ 79,99 - ZATTINI.COM.BR

LINK PATROCINADO

Compre na Dafiti!

R\$ 104,99 - DAFITI.COM.BR

Mais do Valor Econômico

PPLA informa que BTG Holding alienou units e passou a ter menos de 35% dos BDRs

09/10/2019 09:56 — Em Finanças
